

Joaquim de Carvalho: consciência histórica e passado próximo

Joaquim de Carvalho: historical consciousness and the near past

Sérgio Campos Matos
Universidade de Lisboa, Centro de História
smatos@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0001-8521-5817>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/03/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 01/07/2022

Abstract

The historian Joaquim de Carvalho (1892-1958) developed a comprehensive enquiry into the problematic of historical consciousness, paying special attention to its relationship with human experience and temporality. What relationship did he maintain with near past (the 19th century), present and future? If the citizen-historian was unquestionably a supporter of a liberal and democratic ideal, can it be said that his historical studies are marked by a predetermined idea of the future?

To what extent does Joaquim de Carvalho extend the liberal and republican national narrative inherited from the 19th century? In what ways did he go beyond it, raising problems and leaving clues for the future? We intend to study the conceptual tools, the historian's vision of Portugal in the 19th and 20th centuries, his reception as well as his relationship with historical experience and time.

Keywords: History; historical consciousness; near past; republicanism.

Resumo

O historiador Joaquim de Carvalho (1892-1958) desenvolveu uma abrangente indagação acerca da problemática da consciência histórica, concedendo especial atenção à sua relação com a experiência humana e a temporalidade. Que relação manteve com o passado próximo (século XIX), o presente e o futuro? Se o historiador-cidadão foi inequivocamente um adepto de um ideário liberal e democrático, poder-se-á dizer que os seus estudos históricos são marcados por uma ideia pré-determinada de futuro?

Em que medida Joaquim de Carvalho prolonga a narrativa liberal e republicana da história de Portugal herdada do século XIX? Em que sentidos a ultrapassou, enunciando problemas e deixando pistas para o futuro? Pretende-se estudar a ferramenta conceptual, a visão que o historiador nos deixou da história de Portugal nos séculos XIX e XX, a sua receção, bem como o modo como se relacionou com a experiência histórica e o tempo.

Palavras-chave: História; consciência histórica; passado próximo; republicanismo.

Joaquim de Carvalho é hoje reconhecido como um pioneiro no campo da história das ideias e da história da filosofia em Portugal no século XX¹. Atento à singularidade histórica e cultural do caso português mas valorizando as suas relações com outras culturas europeias, viu na mentalidade histórica “uma das constantes da nossa conformação intelectual”, atendendo a que sempre a história teria sido a disciplina mais cultivada em Portugal². Marcado pelo pensamento de Kant, Hegel e Dilthey, colheu deste último um “fundo de incessante problematidade e de insatisfeita investigação”, o reconhecimento da autonomia das ciências humanas em relação às ciências da natureza e uma visão globalizante dos problemas humanos:

Só a história nos pode dar (...) a totalidade da natureza humana, mediante a morfologia do comportamento da consciência e a diversidade estrutural das concepções do mundo, mas o acesso ao mundo histórico-cultural não é fácil, nem o respetivo conhecimento se opera de maneira idêntica ao conhecimento do mundo físico³.

À partida, dois aspetos impressionam na extensa obra de Joaquim de Carvalho. Para além do contributo marcante que deu para alargar o conhecimento histórico sobre Portugal, a filosofia e a cultura portuguesa num largo espectro temporal que vai da época medieval ao século XX (sem esquecer a Antiguidade Clássica), nela se valorizam e inter-relacionam múltiplas dimensões de expressão do humano: pensamento filosófico, pensamento científico, educação e cultura, instituições, política e antropologia. Esta notável abrangência cronológica e de pontos de vista raramente sucedeu no século XX entre os seus pares. Para além disso, a sua posição universalista, herdeira do racionalismo iluminista, alargava-lhe horizontes de estudo: a seu ver, o pensamento filosófico não deveria estudar-se numa escala estreitamente nacional, antes abrir-se ao mundo, a uma escala

¹ Paulo Archer de Carvalho, “Para uma perspetiva da historiografia da cultura (1916-1958). Joaquim de Carvalho: metodologia e epistemologia”, *Estudos do Século XX*, 11 (2011), p. 247; Id., *Uma autobiografia da razão. A matriz filosófica da historiografia da cultura de Joaquim de Carvalho*, Coimbra, IUC, 2015; e Fernando Catroga, “Joaquim de Carvalho e a História”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 42 (1994), p. 397-398. José V. de Pina Martins, “Joaquim de Carvalho (1892-1958). O homem e a obra”, *Joaquim de Carvalho, Obra Completa*, I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., p. VII-XXIV. Já em 1958, aquando da sua morte, Jaime Cortesão notara a sua excecionalidade como “mestre de história das ideias” e “mestre da cidadania liberal”, *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, 2, 1959, p. 199.

² Joaquim de Carvalho, “Homenagem a Luciano Cordeiro” [1944], *Obra Completa*, V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., p. 141. Daqui em diante, citada OC.

³ Prefácio a Wilhelm Dilthey, *Leibniz e a sua época*, Coimbra, A. Amado, 1947, p. XXII.

transnacional, considerando a sua historicidade – atitude esta que se enraizava no idealismo alemão – influente na Universidade de Coimbra⁴ – especialmente em Hegel, mas também em Dilthey e em Husserl: “o desenvolvimento do pensamento filosófico não deve ser visto limitadamente, em relação somente a dado país ou região, mas universalmente, isto é, em relação à totalidade do mundo humano”⁵. A história filosófica envolve pois para ele uma reflexão crítica e “uma problemática transpessoal” que é também universal⁶. Daí a ajustada caracterização da sua *vis* mental que nos dá a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: “...espírito liberal, sedento de equidade e justiça, apaixonado pela integração de Portugal na cultura moderna europeia, sem peias de preconceitos que tolham o desenvolvimento do pensamento criador”⁷. Ao invés do que por vezes se sugere, não acolhia a ideia da chamada filosofia portuguesa⁸, tão cultivada no seu tempo por alguns dos herdeiros de Leonardo Coimbra.

Joaquim de Carvalho foi sócio da Academia das Ciências. Mas não fez parte da primeira associação de historiadores criada em Portugal, a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, fundada por Fidelino de Figueiredo em 1911 (nem tão pouco colaborou na *Revista de História*, que lhe esteve ligada). E também não foi sócio da Academia Portuguesa de História, fundada em 1936, então ligada a círculos tradicionalistas. Poder-se-á daqui inferir que fosse um intelectual isolado no panorama nacional? No Estado Novo, sem dúvida, atendendo às condições de ausência de liberdade e aos constrangimentos que lhe foram impostos. Mas não, ao que creio, na I República, muito embora

⁴ António de Oliveira, “Seis décadas de história na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970)”, *Antiquarismo e história*, Coimbra, Palimage, 2014, p. 235-237.

⁵ Joaquim de Carvalho, “Hegel e o conceito de história da filosofia” [1952], *OC*, II, Lisboa, s.d., p. 465.

⁶ Id., “Saber e filosofar” [1951], *OC*, II, p. 373-374.

⁷ “Carvalho, Joaquim de”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, Lisboa, Rio de Janeiro, s.d. [1940], p. 78-79. É provável que esta entrada seja da autoria de António Sérgio, embora não conste da relação incompleta usada por Jacinto Baptista em *António Sérgio enciclopedista*, Lisboa, Colibri, 1997.

⁸ Cruz Malpique, “Perfil intelectual e moral do Prof. Joaquim de Carvalho”, *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, nº 2, 1959, p. 130; e Alexandre Morujão, “Carvalho, Joaquim”, *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira*, vol. 4, Lisboa, Verbo, 1966, p. 1259. Quer-me parecer contudo que o ponto de vista crítico que o historiador adota sobre a saudade e a distância inequivocamente do saudosismo e da chamada filosofia portuguesa. Por um lado, porque não reconhece carácter científico à consciência saudosa, um conhecimento “impessoal, de todos para todos”; por outro lado, porque não lhe reconhece “fundamento suficiente e bastante da explicação metafísica da realidade que se vive” (“Elementos constitutivos da consciência saudosa (esboço de um estudo)” [1952], *OC*, V, p. 120-121). Veja-se também “Cultura filosófica e científica – período medieval”, [1932], *OC*, III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., p. 222-223.

não se eximisse ao exercício da crítica contra as medidas adotadas pelo poder político em relação à Universidade, quando em 1919 o ministro da instrução, Leonardo Coimbra, encerrou a Faculdade de Letras de Coimbra⁹. E embora não se considerasse um político, mesmo durante os regimes de ditadura, não deixou de exprimir a sua profunda divergência com o totalitarismo (quanto mais não fosse na sua visão histórica plural). Sem menosprezar a condição política do homem e a vida ativa, a sua vocação era contudo outra: a investigação histórica, a reflexão filosófica, o magistério universitário.

O historiador desenvolveu uma profunda indagação acerca da consciência histórica, concedendo especial cuidado à historicidade dos homens nas suas temporalidades diversas. Que relação manteve com o passado, o presente e o futuro? Se o cidadão Joaquim de Carvalho era inequivocamente um adepto de um ideário liberal e democrático e alimentava expectativas políticas em relação ao futuro, poder-se-á dizer que os seus estudos históricos são marcados por uma ideia pré-determinada de devir – um paradigma futurista de historicidade?

Como veremos, as suas incursões no então passado próximo – o século XIX –, publicadas num tempo de afirmação dos totalitarismos na Europa (anos 30 e 40 do século XX) deixaram marcas profundas na posterior historiografia que se dedicou à contemporaneidade. São trabalhos em que alternam narrativa histórica e hermenêutica, visão panorâmica e análise micro.

Joaquim de Carvalho dedicou parte não despendida da sua obra ao estudo das transformações da modernidade e não apenas ao pensamento social, científico e filosófico e à revolução científica dos séculos XVI e XVII. Refiro-me à modernidade que se afirma a partir desse tempo de aceleração histórica que foi a era das revoluções¹⁰ e, dentro desta, ao século XIX. Trata-se sobretudo de estudos publicados ao longo do decénio de 1930 e ainda nos primeiros anos 40, durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. Por essa época, pela voz dos Integralistas Lusitanos e dos seus herdeiros, difundia-se uma imagem muito negativa do longo século de Oitocentos, considerado decadente porquanto dominado pelo sistema liberal e pela democracia: veja-se a este respeito a revista *Nação Portuguesa* que se publicou até 1938, com destaque para influente doutrinação de António Sardinha (com quem Carvalho manteve aliás relações cordiais)¹¹. No ensino secundário do Estado Novo oficializara-

⁹ Luís Reis Torgal, “A Faculdade de Letras de Coimbra uma escola universitária na República”, *Biblos*, IX, 101 (2011), p. 51-55.

¹⁰ Reinhart Koselleck, *Le futur passé, contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, Ed. EHESS, p. 70-77.

¹¹ Sobre o pensamento de Sardinha, vd. Sérgio Campos Matos, “António Sardinha and his Ibero-American connections: Traditionalism and universalism” in V. Galimi e A. Gori (ed.),

-se esta leitura tradicionalista e católica, que obedecia a uma intenção de rever a história nacional, expurgá-la de “erros” e sobretudo de negativismo e pessimismo – vejam-se, por exemplo, as perspetivas de Alfredo Pimenta, 1934 e de João Ameal¹². A *bette noire* desta narrativa histórica considerada dissolvente e responsável pela decadência nacional era Oliveira Martins. Dominava uma conceção de história positiva de historiadores-arquivistas que, assente em documentos verdadeiros, prolongava a intenção de relatar o passado “tal como sucedeu”. Compreende-se assim que o contemporâneo fosse desvalorizado por ser impuro, por não permitir a distanciação em relação ao passado e, alegadamente, não tornar possível a tão apregoada imparcialidade do historiador. Mas também em França e Espanha só tardiamente a atenção em relação ao passado recente mobilizou em larga escala os historiadores¹³. Facto que não pode ser somente explicado invocando os regimes ditatoriais (a França da segunda metade do século XX era um regime democrático). Não surpreende pois que nas universidades portuguesas de então, e até aos anos 70, a História Medieval e a História Moderna dominassem a atenção dos historiadores institucionalizados (isto é, que eram ao mesmo tempo professores).

Neste entorno, Joaquim de Carvalho destacava-se valorizando também o passado recente: em 1933 elogiou Damião Peres por alargar os seus interesses a outras épocas além da medieval¹⁴. E ele próprio prolongou o seu marcante estudo sobre a “Formação da ideologia republicana” até 1880¹⁵. Aí assumia uma visão do passado próximo e do presente diametralmente oposta à que seria a dominante no Estado Novo, em obras coletivas de larga projecção pública: a

Intellectuals in the Latin Space during the Era of Fascism Crossing Borders, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2020, p. 15-34.

¹² Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934; e João Ameal, *História de Portugal*, Lisboa, Livr. Tavares Martins, 1962 [1940]. Vd. Sérgio Campos Matos, “Continuidades e rupturas historiográficas: o caso português num contexto peninsular (c.1834-c.1940)” in Sérgio C. Matos e Maria Isabel João (ed.), *Historiografia e Res Publica*, Lisboa, CHUL–CEMRI-UAB, 2017, p. 141-158.

¹³ Pierre Nora, *Présent, nation, mémoire*, Paris, Gallimard, 2011, p. 141. Sobre o caso espanhol, em que a prioridade do estudo do século XIX partiu dos meios tradicionalistas e integristas; Ignacio Peiró Martín, *Historiadores en España. Historia de la historia y memoria de la profesión*, Zaragoza, Prensas de La Universidad de Zaragoza, 2013, p. 217-218.

¹⁴ António de Oliveira, “Seis décadas de história...”, cit., p. 268.

¹⁵ É certo que outros colaboradores da *História do Regime Republicano* (F. Reis Santos, Luz de Almeida, Bourbon de Meneses) trataram do período que media entre aquela data e a implantação da República em 1910. Naquele seu capítulo, Joaquim de Carvalho preferiu quedar-se por 1880 mantendo assim uma distância temporal razoável que lhe permitiu olhar o republicanismo (em que ele próprio se tinha formado de um modo menos comprometido), num tempo em que não era fácil escrever sobre a então tão denegrida I República.

História do Regímen Republicano em Portugal, de Luís de Montalvor (1930-31) e a *História de Portugal* de Barcelos, dirigida por Damião Peres (1928-35). Em 1934, a Imprensa da Universidade de Coimbra foi encerrada, cessando as suas funções de diretor¹⁶. A sua heterodoxia mantinha-o à margem da cultura oficial. E tinha um elevado preço.

Em evidente contraste com António Sardinha e os seus discípulos integralistas, Joaquim de Carvalho considerava o século XIX “um grande século em Portugal”:

depois do século XVI nenhum outro se lhe compara, a meu ver, na pujança intelectual, no culto dos nobres ideais, na multiplicidade de realizações. Foi um século de poetas, romancistas, historiadores, sábios, políticos, administradores, e em todas estas manifestações do engenho e da atividade, que exuberância e que inovações! O seu legado é imenso; bastariam, porém, a constituição científica da história, ou por outras palavras, *a consciência reflexiva da vida nacional*, o advento da eloquência parlamentar e do jornalismo, criações e baluartes da liberdade política, que só nascem e crescem num povo de cidadãos, e *o culto dos sentimentos generosos, que elevam e transportam, o patriotismo, o respeito da mulher; o carinho pelos fracos, o amor da independência individual e coletiva*, para que ele merecesse sempre a nossa veneração¹⁷ [sublinhados meus].

O contraste com os tradicionalistas – entre eles o seu amigo Alfredo Pimenta – não podia ser mais gritante. Enquanto para estes o século XIX tipificava o tempo de decadência, de dissolução da tradição, em suma, de desnacionalização, para Joaquim de Carvalho correspondia a um tempo fundador de modernidade política e cultural, de instauração de um sistema de liberdade, um tempo de *virtus* ética, porquanto envolvia espírito de cidadania, liberdade, tolerância e proteção dos desvalidos. Pátria só poderia ser república livre, tal como a tinham entendido pensadores iluministas como Montesquieu ou Rousseau¹⁸. O historiador não escondia o seu fascínio pelos intelectuais oitocentistas, um Garrett, um Herculano ou a Geração de 70, com destaque para Antero (acima de todos), Oliveira Martins e Teófilo Braga – embora não deixasse de criticar de um modo veemente estes últimos, o primeiro pelas generalizações de efeito literário, o segundo pelo

¹⁶ Paulo Archer de Carvalho, “A exclusão universitária. Sobre o caso Sílvio Lima, 1935”, *Biblos*, IX, (2011), p. 173-174.

¹⁷ Joaquim de Carvalho, “Antero de Quental” [1935], *OC*, V, p. 41, retomando um texto de 1929.

¹⁸ Sobre o patriotismo e a virtude republicana vd. Maurizio Viroli, *Republicanism* (prol. Manuel Suarez Cortina), Santander, Ed. Universidad de Cantabria, 2014; e Id., *Por amor de la pátria*, Barcelona, Planeta, 2019 (2005), p. 127 e ss.

dogmatismo do seu espírito de sistema positivista. Mas também admirava alguns políticos, oradores e artistas. O seu século XIX não começara todavia na baliza cronológica (1801), antes com o regime liberal e a realização das primeiras eleições, pois aqui teria começado uma nova era na história política portuguesa¹⁹, tempo de cidadania e de construção da sociedade moderna.

O historiador destacava-se também como *clerc* pela sua craveira intelectual enquanto historiador da cultura – da filosofia, da ciência, do pensamento político – que não reduzia a história à superfície do documento, embora frisasse que “sem documentos se não [pode] fazer história”²⁰.

Uma consciência reflexiva

Joaquim de Carvalho atribuía a maior relevância à história como *consciência reflexiva da vida nacional*. A disciplina tinha para ele uma insubstituível função social e cívica, inscrita na tradição liberal e *res publicana* que entroncava em Herculano, “o mais puro e íntegro dos liberais”²¹. Quer isto dizer que alimentava um conceito pragmático de história ao serviço de ideais partidários, como tão frequentemente sucedera no passado e no seu tempo? De modo algum. Haja em vista a sua exigência na fundamentação documental da narrativa histórica, preocupando-se não raro em dar voz aos homens do passado e às fontes que estuda: são numerosas e por vezes extensas as citações que transcreve, chegando até a reproduzir integralmente documentos significativos, caso de programas republicanos. Num tempo dominado pelo nacionalismo historicista patrocinado pelo Estado e pelo confronto com a contra narrativa liberal e republicana – a corrente marxista só mais tarde, a partir dos anos 50 ganharia força no campo historiográfico – o historiador resistia às instrumentalizações do passado. “O passado não justifica o ser ou o dever-ser”, alertava em 1953, nas comemorações do dia de Camões levadas a cabo no Rio de Janeiro, durante a sua inesquecível estadia no Brasil²². Estava bem consciente de uma tradição nacional de mobilização da história para fins pragmáticos, patrióticos.

¹⁹ Joaquim de Carvalho, [“A corrente regeneradora”] [1935], *OC*, VI, p. 77.

²⁰ Joaquim de Carvalho, [“O ideal moderno de ciência”] [1932], *OC*, V, p. 307.

²¹ Joaquim de Carvalho, “Formação da ideologia republicana (1820-1880)” [1930], *OC*, VI, p. 189.

²² Joaquim de Carvalho, “Compleição do patriotismo português” [1953], *OC*, V, p. 125. Sobre essa estadia veja-se Débora Dias Macambira, *A redescoberta do Brasil em Joaquim de Carvalho. Uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958)*, tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2017.

E advertia, no contexto daquelas comemorações, que o futuro não poderia ser o de *Imperium*, como pretendiam os tradicionalistas²³, pois a história não se repete. De resto, já Oliveira Martins (autor em relação ao qual era muito crítico) o havia dito. A seu ver as nações não deviam assumir um atitude estática e imobilista, antes conjugar tradições e aspirações de mudança, um “estar mudável em concordância com o seu *ser* permanente”²⁴. Voltaremos a esta problemática identitária, que também o preocupou.

Se nos trabalhos históricos de Joaquim de Carvalho se encontra, implícito ou explícito, um horizonte de expectativa em relação ao presente e ao futuro – não afirmava ele que o ideal liberal é eterno? – não se pode dizer que isso abrandasse a sua vigilância crítica sobre os seus próprios trabalhos. Aconselhava aliás rigorosas prevenções de isenção a quem se dedicasse a estudos oitocentistas, numa relevante mensagem à navegação: “A primeira tarefa de quem aborda o estudo do século XIX consiste (...) em expurgar a mente de preconceitos, de limitações, de deformações e de paixões mais ou menos servis”²⁵. Atitude de distanciamento crítica que se deve relacionar com as conhecidas reservas que expendeu em relação ao género ensaio e ao espírito ensaístico: “o ensaio tem atrativos que seduzem, mas também tem defeitos que o depreciam, derivados quase sempre do brilho da superficialidade e da satisfação da autolatria”²⁶. Esta posição poderá à primeira vista surpreender se atendermos à atitude antipositivista que por diversas vezes exprimiu e, sobretudo, à largueza de pontos de vista e à relevância que atribuía à perspectiva de conjunto e não ao estudo expositivo e descontínuo de “pensadores isolados”²⁷. Mesmo quando ilumina o pensamento de um autor em particular – caso de Antero ou de Teófilo –, Joaquim de Carvalho não deixa de o situar no contexto cultural, na sua genealogia intelectual, nas tendências em que se insere, destacando a sua ferramenta conceptual. Há no historiador, à maneira preconizada por Dilthey, um método de dupla direção, da parte para o todo e do todo para a parte, do particular ao universal e vice-versa²⁸.

²³ Um exemplo em João Ameal, *Porque escrevi a 'História de Portugal'*, Porto, Tip. Sequeira, 1941, p. 39-40, que associava a vontade de império à “vocação apostólica dos portugueses” no “serviço de Deus”. Ora segundo J. de Carvalho este não poderia ser o ideal de amanhã “porque o Mundo já está descoberto e o que aconteceu nos séculos XV e XVI é irrepetível sob todos e quaisquer pontos de vista” (“Compleição...”, *OC*, V, p. 135-136).

²⁴ Joaquim de Carvalho, “Compleição...”, cit., p. 135-136.

²⁵ Joaquim de Carvalho, [“Limites do ensaísmo”] [1958], *OC*, V, p. 290.

²⁶ Joaquim de Carvalho, [“Limites...”], p. 291.

²⁷ Joaquim de Carvalho, “Cultura filosófica e científica – período medieval” [1932], *OC*, II, p. 221-222.

²⁸ Wilhelm Dilthey, *L'édification du monde historique dans les sciences de l'esprit*, Paris, Ed. du Cerf, 1998 [1910], p. 100.

O que não é contraditório com o facto de Joaquim de Carvalho ser também herdeiro da história metódica, tal como tinha sido teorizada por Langlois e Seignobos²⁹, valorizando um apuramento rigoroso dos factos assente em aturado trabalho analítico sobre os documentos. Concebia a disciplina como “esforço crítico de reconstituição do passado” e, em determinadas condições, admitia a objetividade em história³⁰. Na sua genealogia de historiadores incluía, entre outros, João Pedro Ribeiro, Herculano (este acima de todos), Gama Barros, Costa Lobo, Mendes dos Remédios, Carolina Michaelis e Ricardo Jorge, todos eles cultores de uma positividade que, ele próprio, herdou³¹. Como professor universitário e historiador tinha o perfil de um profissional, como sucedia na Alemanha ou na França, mais raramente em Portugal, onde a profissionalização dos historiadores foi tardia, dando lentos mas significativos passos desde a reforma do ensino superior em 1911, acompanhada da criação das novas universidades de Lisboa e Porto. Neste sentido, compreende-se o seu alheamento em relação ao ensaísmo.

Mas se Joaquim de Carvalho se preocupava com o rigor do trabalho historiográfico, a sua formação racionalista, kantiana e hegeliana levava-o a relativizar a relevância dos factos, pois estes são sempre objeto de um trabalho de construção mental (são *construtos*, como diria António Sérgio). “O que importa não são os factos, *mas a maneira como se consideram os factos e o comprimento, largura e altura que se lhes confere*” [sublinhado meu]³². Ora na sua ótica liberal e humanista, as pessoas, os indivíduos, esses sim eram “factos grávidos e pedernais”: “Não há sociedade sem indivíduos, não há lei sem consciência a quem se dirija, não há Estado sem pessoas, *estas são os factos grávidos e pedernais*, dos quais chispam variadíssimas perguntas, designadamente estas duas mais acutilantes: o que é o indivíduo, e que relação entre indivíduo e sociedade?”³³.

²⁹ E. Langlois e C. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette, 1898.

³⁰ “A primeira condição da objetividade assenta na informação minuciosa do maior número possível de documentos, sem que nenhum seja desvirtuado ou deliberadamente excluído. É a condição fundamental, na história política como na económica, na história literária como na filosófica. Nestas últimas não é só fundamental senão também essencial, dado que o espírito e a ideia só se atingem pelos caminhos da letra, isto é, pela meditação assídua, escrupulosa, total, dos textos”, “Teófilo Braga” [1948], *OC*, II 1922-1948, p. 562.

³¹ Paulo Archer de Carvalho, “Para uma perspetiva da historiografia da cultura (1916-1958). Joaquim de Carvalho: metodologia e epistemologia” (II), *Revista de História das Ideias*, 32 (2011), p. 633.

³² Joaquim de Carvalho, “Com a razão...” [1933], cit., *OC*, VI, p. 268.

³³ Joaquim de Carvalho, “Com a razão...”, cit., p. 268.

Experiência do tempo: presente, passado e futuro

A consciência histórica não se exprime só numa dada relação com o passado, está também num olhar sobre o tempo presente e sobre o futuro³⁴. Lendo com atenção intervenções de circunstância e até mesmo os estudos de Joaquim de Carvalho relativos ao passado oitocentista (e não só), neles deparamos com considerações críticas acerca do presente que viveu, temperadas pela dialética hegeliana em que se formara. Em 1930, na receção de Keyserling na Academia das Ciências de Lisboa, refere-se negativamente à situação da civilização ocidental em passagens muito marcadas pela visão do mundo de Ortega y Gasset:

No nosso mundo ocidental, a mecanização e o materialismo – eu preferiria dizer a rebelião dos instintos – tornou as massas primitivas, a ponto de as formas tradicionais se terem tornado mudas. Não vivem certas artes sob o signo do primitivo e não assistimos à apologia da ingenuidade na estética? Vivemos numa civilização sem alma, mas o mecanismo não é um mal em si, porque, como a escravidão em Atenas, pode preparar uma humanidade superior, que sem ele seria impossível³⁵.

Joaquim de Carvalho resistia aos excessos de uma civilização material e de uma tecnocracia que esqueciam a dignidade humana. E, claro está, resistia às ditaduras, recorrendo a metáforas da luz que exprimem oposição e distância relativamente ao ambiente cultural e político que então se vivia: referiu-se em diferentes momentos aos “flagelos obscurantistas”³⁶ e ao “cativo de cegueiras”³⁷. No mais profundo estudo que dedicou a Antero, chega até a identificar-se com as “repulsas” do poeta e a transportá-las para o século XX. Ora lembre-se que segundo o próprio estudioso, o poeta renegava o seu tempo. Sem dúvida. Mas não estaria também Carvalho a falar de si próprio, ele que vivia num tempo de negação da liberdade e numa universidade sitiada? Antero e a sua geração haviam cortado com o passado – frisa bem essa ideia. Mas ao centrar os seus interesses de historiador em temas da modernidade, não acentuava também ele (doutro modo é certo) esse corte com o passado?

³⁴ Raymond Aron, *Dimensions de la conscience historique*, Paris, Plon, 1985 (1ª ed., 1961); e François Hartog, *Régimes d'historicité*, Paris, Seuil, 2003.

³⁵ Joaquim de Carvalho, “Discurso na Academia das Ciências de Lisboa” [1930], *OC*, I, p. 362.

³⁶ Joaquim de Carvalho, “Compleição...,” cit., p. 136.

³⁷ Joaquim de Carvalho, *A evolução espiritual de Antero e outros escritos*, Ponta Delgada, Antília, 1983 [1929], p. 182.

No entanto, se lermos atentamente os seus estudos de síntese dedicados ao liberalismo e ao republicanismo, notar-se-á que Joaquim de Carvalho observou as transformações históricas sobretudo pelo prisma da continuidade³⁸. Sintomático disso mesmo é que use com alguma frequência um tempo verbal não muito usado pelos historiadores portugueses e que marca esse processo de continuidade: o pretérito imperfeito. Por exemplo, a abrir o estudo “Formação da Ideologia Republicana”, logo após uma longa citação de Borges Carneiro, comenta: “Tal *era* para a geração responsável pela Revolução de 1820 a situação moral do país”. Ou ainda, “O grande tema ideológico e sentimental de 1820 *era* o câmbio do súbdito pelo cidadão (...); o corte com o existente *surgia* como um imperativo da consciência nacional”³⁹. Chega a referir-se a uma “essência comum” que religa presente e passado. Rejeita, ainda antes de Braudel⁴⁰, com sólidos argumentos teóricos, a noção de *decadência*, pois esta “é um juízo de valor” e supõe uma analogia com os estádios da vida individual que “só teoricamente podem aplicar-se às nações”. Donde, considera “a história da decadência como facto (...) cientificamente uma faina estéril”. Mas, por outro lado, admite o estudo do tópico decadência como “realidade” numa perspectiva de história das ideias⁴¹. No respeitante a este relevante tópico, divergia decisivamente da historiografia liberal e republicana ainda corrente no seu tempo, muito condicionada pela dicotomia progresso *versus* decadência e ainda comandada pela preocupação doutrinária de executar os responsáveis pelo atraso português (estado absoluto, catolicismo da contra-reforma e expansão ultramarina). Ao esquecer a noção de decadência, erradicando-a da explicação histórica por a considerar um anacronismo, Joaquim de Carvalho afastava-se decididamente das conceções organicistas e cíclicas de tempo que ainda marcavam o historicismo republicano e procurava um ponto de vista crítico, mais distanciado em relação ao objeto de estudo, respeitador da temporalidade específica de cada época e das fontes em estudo. Aqui reside, sem dúvida, uma das grandes marcas do seu método: a historicização dos factos, a par do rigor no tratamento do vocabulário.

³⁸ Fernando Catroga, “Joaquim de Carvalho e a História”, cit. p. 397.

³⁹ Joaquim de Carvalho, “Formação...”, *OC*, VI, p. 156. Note-se contudo que o historiador usa mais habitualmente o pretérito perfeito. E também, mais raramente o presente do indicativo, por exemplo, “O liberalismo, na sua essência profunda, é generosidade e necessidade imperiosa de convivência com o inimigo” (*OC*, VI, p. 171), aqui a dramatizar e acentuar a ideia de transtemporalidade do liberalismo. São diferentes modulações temporais que usa harmoniosamente e com mestria.

⁴⁰ Fernand Braudel, “Histoire et sciences sociales”, *Ecrits sur l’histoire*, Paris, Hachette, 1969, p. 41-83.

⁴¹ Joaquim de Carvalho, “O ideal moderno...” [1932], *OC*, V, p. 304.

Por outro lado, não perfilha um conceito de progresso contínuo e ascendente, como estrada única para o futuro. Para Carvalho, estudar a ideia de progresso era um “problema vital”, pelas consequências éticas e políticas que transportava em si. Em 1930 relativiza o progresso externo (leia-se o progresso material), considerando que este não implicava necessariamente renovação. Nem tão pouco acumulação de conhecimento. “O essencialmente novo” residia a seu ver não no *quê* do pensamento mas “no *quem* que o exprime”, porquanto “só o *quem* determina a conexão de sentido e o ajustamento interior”⁴². Para o historiador, progresso tem a ver com consciência, cultura e liberdade. Considerava estulto discutir o progresso científico e técnico por se tratar de uma realidade indiscutível⁴³. Mas distanciava-se criticamente da noção teleológica de progresso, muito em voga num contexto dos anos 30, em que dominava ainda o positivismo e o cientismo, pois considerava-a puramente subjetiva: “*nada comprova cientificamente a existência da continuidade histórica como marcha crescente para o mais completo e para o melhor*”[sublinhado meu]⁴⁴.

Ora esta prevenção crítica tem as maiores implicações no que respeita às expectativas de futuro. É certo que Joaquim de Carvalho não esconde a sua admiração pela primeira experiência liberal portuguesa e adota um conceito etnocêntrico de civilização. Um exemplo entre muitos outros:

A sua história [das Cortes Constituintes de 1821-22] inunda um dos capítulos mais belos da história da consciência moral portuguesa, e como poderia ser de outra maneira, se nasciam sob o signo do liberalismo? *O liberalismo, na sua essência profunda, é generosidade e necessidade imperiosa de convivência com o inimigo. A supressão da oposição é a sua morte, ao contrário do despotismo, cuja essência, fluindo do abandono aos instintos ou da dialética fácil de uma pretensa verdade absoluta e salvadora, carece do silêncio como condição vital. No fundo, o despotismo representa um regresso à primitividade; o liberalismo, pelo contrário, nascendo e vivendo do império da razão e do respeito da dignidade humana, é a política dos povos que atingem a civilização e dissolveram a brutalidade dos instintos na delicadeza e no sentimento do convívio* [sublinhados meus]⁴⁵.

Qual o lugar donde fala o autor? Esta passagem surge num texto historiográfico datado de 1930, em plena Ditadura Militar. É uma lição de tolerância. O liberalismo é entendido como estádio ideal da civilização associada à razão e ao progresso

⁴² Joaquim de Carvalho, “Discurso na Academia...”, cit., [1930], *OC*, I, 1916-1934, p. 360.

⁴³ Joaquim de Carvalho, “Com a razão...”, cit., [1933], *OC*, VI, p. 273.

⁴⁴ Joaquim de Carvalho, “O ideal moderno...”, cit., *OC*, V, p. 312.

⁴⁵ Joaquim de Carvalho, “Formação...”, cit., *OC*, VI, p. 170-171.

moral. É pois um tipo ideal, no sentido weberiano. Neste texto emergem outros juízos de valor sobre o miguelismo, considerado “a mais nefanda perseguição política que jamais devastou a pátria portuguesa” e “a mais demagógica e sanhuda explosão de ódio que houve em Portugal”⁴⁶. Levanta-se aqui o problema da relação entre história e cidadania, o atualmente tão discutido *engagement* do historiador. Ora para entender o compromisso de Joaquim de Carvalho com o ideário liberal não basta considerar o tempo atribulado em que viveu, de rutura com a I República e com uma experiência liberal que remontava a 1820. É necessário relembrar a sua profunda admiração por Herculano – a este respeito o mais alto exemplo de um historiador comprometido com a *res publica* – e ainda o entranhado pressuposto de que o liberalismo era “a única política de base filosófica generosa, criadora e fecunda, e não apenas por exclusão de partes, mas por fundamentos próprios”⁴⁷. Por outras palavras, ao respeitar os seus adversários, a filosofia liberal era (a única?) filosofia tolerante compatível com um olhar mais distanciado, porque dialético e integrador: a convivência tolerante com a alteridade e a subordinação dos instintos. Compreende-se assim que numa carta dirigida a Alfredo Pimenta, se distanciasse criticamente (e frontalmente) do manual que este historiador publicara em 1934, os *Elementos de História de Portugal*, considerando-o “uma apologia e um manifesto”: “Não o aplaudo nem o sigilo nestes juízos, e até me parece que civicamente é um canhão de 42, aumentando muito a nossa confusão civil. O século XIX tratado assim, é pelo menos injusto e cientificamente obra de paixão”⁴⁸.

E o dever, como o encara o historiador? Em diversos momentos Joaquim de Carvalho acentua o pendor prospetivo da vida – “só a tensão para o futuro é dinâmica”⁴⁹. A sua pedagogia cívica republicana, liberal e democrática levava-o a escrever para o dever comandado por uma ética da *virtù*. Como acima dissemos, não se via como um político – embora chegasse a ter uma efémera atividade política partidária no Partido Reconstituente de Álvaro de Castro. E se nele topamos em diversos passos da sua obra marcas de uma “teleologia ténue”⁵⁰, também é um facto que noutros passos Carvalho concebe o futuro em

⁴⁶ Joaquim de Carvalho, “Formação...”, cit., *OC*, VI, p. 186 e 188.

⁴⁷ Joaquim de Carvalho, “Com a razão...”, cit., *OC*, VI, p. 271.

⁴⁸ “Carta de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta de 16.11.1934” in Paulo Archer de Carvalho (ed.), *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta 1922-1936*, Coimbra, Imprensa da UC, 2016, p. 258.

⁴⁹ Joaquim de Carvalho, “Discurso na Academia...” [1930], *OC* I, p. 357. Cf. também “Homenagem a Eugénio de Castro” [1939], *OC*, V, p. 64.

⁵⁰ Paulo Archer de Carvalho, *A autobiografia da razão...*, cit., p. 364-377; e Id., “A autobiografia da razão. A historiografia das ciências de Joaquim de Carvalho”, *Revista de História das Ideias*, 33 (2012), p. 475.

aberto afastando-se assim do historicismo no sentido que Karl Popper atribuiu a este conceito⁵¹. Abertura que não exclui a possibilidade de regressão: na era das massas, não seria inverosímil um retrocesso no sentido de um estado de “obscurantismo coletivo” (note-se contudo que as noções de degenerescência e de decadência, ainda comuns nos anos 20 e 30 do século XX, se encontram arredadas da sua obra). E acrescentava considerações da maior pertinência sobre a “fragilidade do facto cultural” – fragilidade de uma paixão que alimentou toda a vida –, evidentemente, referia-se à cultura de elite, humanista, na linha da herança clássica e racionalista, que se via ameaçada pela cultura de massas e pelo deslumbramento destas pela tecnocracia e por um estreito progresso material⁵².

História construída a partir das elites e tendo como objeto as elites? Sem dúvida. E, acrescente-se, não desenvolvendo qualquer interesse pela cultura de massas, que aliás não estava ainda nos horizontes de estudo das ciências humanas no Portugal dessa época:

A natureza qualitativa dos factos culturais só vive na atmosfera das grandes altitudes. O ar da planície sufoca-a e mata-a; e o perigo (...) consiste na possibilidade da mentalidade de massa, sem curiosidades ultra-vitais e sem vigílias, deslumbrada pelo progresso, isto é, pela técnica, rendida ao realismo sensorial, grosseiro e vagabundo, invadir a zona tenuíssima da minoria desinteressada, e julgando a qualidade irreal pela qualidade mensurável, estancar a seiva que nutre o progresso⁵³.

Joaquim de Carvalho não ignorava a descontinuidade, mas integrava-a num todo: “a vida humana carece sem dúvida de continuidade, *mas carece também de descontinuidade* para que possa desenvolver-se em toda a sua profundidade”. Seja como for, tal como Ortega y Gasset, o historiador tinha consciência de que a vida é “infinitamente mais rica e complexa do que as concepções e as crenças” e “infatigavelmente dardeja a nossa inquietude com fins e problemas novos”⁵⁴. Consciência plena de virtualidades: a reflexão teórica, os conceitos operatórios, a contextualização e os métodos são indispensáveis. Mas as teorizações e conceptualizações ficam sempre aquém da complexidade do real. E carecem de um constante trabalho de afinação e adequação aos problemas que enfrenta o historiador, atento à historicidade do vocabulário, dos conceitos, das ideias.

⁵¹ Karl Popper, *La miseria del historicismo*, Madrid, Alianza Ed., 1987 [1936], p. 17.

⁵² Joaquim de Carvalho, “O ideal moderno...”, cit., *OC*, V, p. 312-313.

⁵³ Joaquim de Carvalho, “O ideal moderno...”, cit., *OC*, V, p. 306.

⁵⁴ Joaquim de Carvalho, “O ideal moderno...”, cit., *OC*, V, p. 306.

Se ao abandonar a antinomia progresso/decadência o historiador acentuou a continuidade, poder-se-ia pensar que ao recorrer ao conceito de geração estaria a marcar ruturas no transcurso do tempo. O que não sucede. Porquê? É que embora inegável admirador dos primeiros liberais portugueses, Joaquim de Carvalho sublinha na sua atitude o compromisso entre tradição e modernidade, a “moderação” entre passado e futuro (o exemplo do liberal aristocrata Palmela é a este respeito eloquente)⁵⁵. Interessado em definir a consciência histórica dos vintistas, observa-a “marcada pela majestade da tradição”⁵⁶. Referia-se ao enraizamento do liberalismo português no chamado constitucionalismo histórico, nas Leis Fundamentais da nação supostamente definidas nas Cortes de Lamego e invocadas em 1640. Mas distingue bem o conceito de *soberania da nação* – tópico ao qual certamente concede centralidade –, tal como se afirmou nas cortes vintistas, da teorização dos juristas do século XVII “porque a intenção e a essência eram diversas”. Se em 1385 e em 1641 se invocava a soberania nacional para legitimar um novo rei, em 1820 recorria-se à soberania da nação para “apear” o monarca do poder absoluto. Uma coisa era a soberania real, outra a soberania do povo. E salienta a revolução que qualifica de “sentimental” e que se consubstanciou na transferência do patriotismo enquanto lealdade para com o rei no sentido de um outro conceito de “lealdade e sacrifício pela Pátria”, agora associada a uma consciência cívica até aí inexistente⁵⁷. Esta transformação torna-se bem clara. Mas raramente Carvalho usa o conceito de *revolução* – prefere-lhe claramente o de *regeneração*, aliás muito mais usado pelos agentes históricos oitocentistas. E quando estuda o caso de Antero de Quental, esclarece que o conceito de revolução que este usa não se identifica com insurreição⁵⁸. Tal como Antero, o historiador marcava bem o peso do passado no presente. A continuidade entre o primeiro liberalismo e a tradição histórica. Entre o republicanismo e o vintismo. Interpretação que será retomada por Joel Serrão já nos anos 60⁵⁹. Outro exemplo da valorização da relação estreita passado-futuro em Joaquim de Carvalho é o modo como vê o tópico da saudade (ao qual era muito sensível), especialmente no pensamento de Teixeira de Pascoaes: na saudade há passado-lembrança-presente na sua relação dialética com expectativa de futuro, retomando uma perspetiva já

⁵⁵ Joaquim de Carvalho, [“A corrente...”], cit., *OC*, VI, p. 86 e 90.

⁵⁶ Joaquim de Carvalho, “Formação...”, cit., *OC*, VI, p. 163.

⁵⁷ Joaquim de Carvalho, “Formação...”, cit., p. 169.

⁵⁸ Joaquim de Carvalho, *A evolução...*, cit., p. 67.

⁵⁹ Vd. Joel Serrão, “Liberalismo” e “Vintismo”, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais 1965-1971, respetivamente, vol. II, p. 732-741 e vol. IV, p. 321-329.

presente em Santo Agostinho⁶⁰. Por outro lado, nota na consciência saudosa uma temporalidade específica comparável à “consciência apaixonada”: a sua relação com uma “consciência erma (...) que se sente solitária e desamparada”, desconectada de referências de espaço e tempo⁶¹. E, neste sentido, há algo de desenraizado e descontínuo na vivência e consciência saudosa.

É certo que em 1929, quando se refere à geração de 70, Joaquim de Carvalho acentua o seu corte com o passado, qualificando-a de “antirromântica” – o que só até certo ponto era adequado, sobretudo no que respeita a Antero e a Oliveira Martins – e frisando (porventura excessivamente) o desapego de Antero em relação ao passado, o seu dissídio, levado a “fronteiras ignoradas, vivendo-o com plenitude e pensando-o com densidade metafísica, *sem ligação com o passado e os olhos postos no dever-ser*”. Citava Eça de Queiroz e as “páginas admiráveis” que o romancista dedicou ao poeta: “Antero resumiu, com desusado brilho, o tipo académico revolucionário e racionalista”, dizia Eça⁶². Citava o próprio Antero na carta a Wilhelm Storck (1887), quando se referia à sua geração como “A primeira em Portugal que saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição”⁶³. No entanto, em 1948, num estudo dedicado a Teófilo Braga, retomando agora explicitamente o tópico do radicalismo ideal desta geração, notava também a diversidade de tendências, radicais e conservadoras, e de consequentes “atitudes prospetivas” distintas, coexistentes num grupo que se formou no mesmo ambiente cultural⁶⁴. A centralidade que conferia ao conceito de geração levava-o porém a matizar a tónica na continuidade. Até porque via Portugal como um país de débil “memória política”, o que estimularia entre os liberais o “amor da novidade”⁶⁵.

O olhar de Joaquim de Carvalho sobre o mundo e sobre a história é pois marcado pela tensão entre modernidade e a tradição, entre novidade e verdade adquirida. Comentando Descartes, interrogava-se o historiador:

Não é o amor da novidade a raiz emotiva da instabilidade e da incerteza melancólica? Sempre que o homem atinge a região da verdade, ou, se quiserdes, das convicções, inundando de certezas a sua vida interior, sente-se transportado, pela própria convicção, a um plano superior ao tempo, hostil por natureza à

⁶⁰ Joaquim de Carvalho, “Reflexões sobre Teixeira de Pascoaes”, *OC*, V, p. 86-87.

⁶¹ Joaquim de Carvalho, “Elementos constitutivos da consciência saudosa” [1952], *OC*, V, p. 119.

⁶² Joaquim de Carvalho, *A evolução...*, cit., p. 27 e p. 8.

⁶³ Joaquim de Carvalho, “Prefácio da 2ª ed. dos Raios de extinta luz” (1944), *A evolução...*, cit., p. 195.

⁶⁴ Joaquim de Carvalho, “Teófilo Braga”, cit., *OC*, II, p. 555-556.

⁶⁵ Joaquim de Carvalho, [“A corrente...”], *OC*, VI, p. 65.

mudança. *Todo o homem profundamente convicto vive fora do escoamento do tempo, e a novidade, quando ela atinge as fronteiras da sua vida profunda, aparece-lhe com o semblante de um intento eversor* [sublinhado meu]⁶⁶.

Não estaria o autor d' *A evolução espiritual de Antero* a falar de si próprio? Sublinhe-se que o historiador não escondia a sua profunda adesão ao ideário liberal e republicano, inclusivamente nos seus trabalhos históricos. Em 1933, num texto político de circunstância, chega a afirmar “o meu porto é a democracia liberal”⁶⁷. Vê a democracia na sua ótica liberal (e de um modo parcial) como síntese de três ideias: soberania popular, igualdade de direitos e liberdade individual. E chega a nela ver “um espírito e não uma coisa concreta”. Embora reconhecesse que o liberalismo oitocentista era irrecuperável tal como se afirmara no seu tempo, considerava que o ideal liberal é “vivo e eterno”⁶⁸. Para lermos Joaquim de Carvalho à luz do seu próprio racionalismo, será que a convicção cívica e política o conduzia para fora do tempo histórico? Estamos aqui no plano da consciência cívica, fundamentada num entranhado *ethos* e dever-ser racional que, guardadas as evidentes diferenças, o aproxima de António Sérgio (o ensaísta era crítico do liberalismo, mas considerava o ideal democrático eterno porque imanente à consciência humana). Esta posição condicionou o trabalho historiográfico do historiador, a sua assumida admiração pelo liberalismo oitocentista, que associa ao “império da razão”, remetendo o despotismo para o campo da “primitividade”. A leitura porventura excessivamente otimista que nos dá de um idealizado vintismo fundador, leva-o a afirmar que “o país inteiro conhecia de nome da maioria dos deputados” e que “todos os meios sociais” se tornaram “permeáveis às ideias novas”⁶⁹. Poder-se-á pensar que o historiador transportava para o passado uma vontade de mudança inerente às suas convicções? Decerto. Mas a sua atitude coerente era precisamente a de não se alhear dos movimentos de ideias do seu tempo. De não se alhear dos debates no plano da teoria da história, com destaque para o pensamento de Dilthey⁷⁰.

A esta luz ganha maior evidência a centralidade do interesse que o mobiliza para a problemática da modernidade, não só no plano do pensamento científico mas também do pensamento filosófico e das transformações do ideário social e político. Que modernidade é esta a que ele próprio se refere? É a modernidade que resulta das viagens dos descobrimentos, do rasgar de novos horizontes

⁶⁶ Joaquim de Carvalho, “O ideal...”, cit., *OC*, V, 1932, p. 305.

⁶⁷ Joaquim de Carvalho, “Com a razão nas mãos”, cit., *OC*, VI, p. 275.

⁶⁸ Joaquim de Carvalho, “Sobre a ideia de estado total”, *OC*, VI, p. 284 e 278.

⁶⁹ Joaquim de Carvalho, [“A corrente...”], cit., *OC*, VI, p. 107 e 158.

⁷⁰ Joaquim de Carvalho, Prefácio a Wilhelm Dilthey..., cit., p. XXVIII.

desconhecidos: “A modernidade nasceu no dia em que o homem se reconheceu diverso do Mundo e pôde povoar (...) a solidão imensa que o envolve”. Ser moderno é ser autorreflexivo, é estar na “esfera da meditação livre (...) ilimitada”⁷¹. Daí a relevância que atribui à experimentação e à verificação na construção do conhecimento científico, inclusive nos campos da náutica, das astrologia e da cartografia⁷².

Conceitos e perspetivas historiográficas para o futuro

Talvez a categorização de Joaquim de Carvalho como historiador das ideias, tal como foi concebida nos anos 40 nos Estados Unidos da América por Lovejoy⁷³, seja insuficiente para nos dar a diversidade de problemas e pontos de vista que a sua obra rasgou na historiografia portuguesa do século XX. É verdade que o autor d’*A evolução espiritual de Antero* dá uma atenção muito precisa ao vocabulário e ao pensamento dos autores e das épocas que estuda, fossem eles filósofos, políticos, cientistas ou artistas literários. E quer em trabalhos monográficos dedicados a um ou outro autor específico quer em trabalhos panorâmicos dedicados às transformações que se operaram na sociedade portuguesa no século XIX, valorizou o uso dos conceitos pelos agentes históricos da época: conceitos como súbdito, cidadão, soberania da nação, soberania dos tronos, liberdade, autoridade, progresso, revolução, evolução, regeneração, opinião pública são destacados e problematizados, alguns deles em relações de oposição, outros nas fronteiras que os distinguem, em tempos históricos específicos. Mas ao invés do que sucedia com os cultores da história das ideias no seu tempo, o historiador tinha especial cuidado em convocar o contexto cultural, o ambiente político e mental em que se estruturava o pensamento, os grandes temas de debate e a genealogia das ideias. Assim foi no estudo do percurso espiritual e vivencial de Antero, usando um método que qualificou de “genético ou histórico-evolutivo”⁷⁴. Para compreender o percurso intelectual do poeta, Joaquim de Carvalho procura olhar no seu tempo as atitudes mentais e as posições doutrinárias de Antero, os conceitos que utiliza (caso de revolução ou de evolução), convocando também os seus companheiros

⁷¹ Joaquim de Carvalho, “Discurso na Academia...” [1930], cit., *OC I*, p. 357.

⁷² Paulo Archer de Carvalho, *A autobiografia da razão...*, cit., p. 490-494.

⁷³ Veja-se a este respeito o ponto de vista crítico de Q. Skinner, “Meaning and understanding in the history of ideas”, *Visions of Politics*, vol. I., Cambridge, Cambridge University Press, 2002, p.83-84 e 176.

⁷⁴ Joaquim de Carvalho, *A evolução...*, cit., p. 9.

de geração, as suas relações com o mundo tradicional da Ordem e, por outro lado, com o romantismo e com o mundo novo. Aprofunda metodicamente o conhecimento das fontes do seu pensamento (Hegel, Proudhon, Hartmann, etc.) e estabelece outros nexos contextuais. No caso de Teófilo Braga intenta caracterizar o seu pensamento, tendo em conta o espírito de sistema que marcou a sua atitude mental. Situa-o no seu tempo, relaciona-o com os homens da época e traça a sua genealogia intelectual, situando-o no quadro do positivismo e de um republicanismo jacobino. E não hesita em adotar uma perspectiva crítica sobre o seu “patriotismo exaltado” e sobre “um republicanismo jacobino, reativo e estreito, mais inclinado para o contra que para o pró, e ao qual a conceção comtiana de positividade e, sobretudo, a lição de Littré imprimiram uma índole anticlerical e materialista”⁷⁵.

Joaquim de Carvalho anotou um dia que, numa universidade, um Mestre sobrevive de três modos: “pela continuidade viva de um discípulo, pela fecundidade das explicações científicas, pela magia das suas criações”⁷⁶. Também aqui estaria a pensar em si próprio. Ora apesar das condições difíceis em que lhe foi dado viver a vida universitária, não há dúvida que o seu legado permaneceu pelas três vias citadas. Muito embora, no que respeita à primeira, o seu discípulo Sílvio Lima tenha sido expulso da Universidade por razões de ordem política e outros se tenham afastado de Coimbra e do país (Vasco Magalhães-Vilhena, Eduardo Lourenço). Mas indo mais além dos critérios indicados, reconheça-se que Joaquim de Carvalho permaneceu sobretudo pela sua obra e por aquilo que de mais válido nela colheram os historiadores que lhe sucederam.

Para além das evidentes virtualidades do seu método e das novas vias de conhecimento que abriu, o que porventura é mais marcante no legado de Joaquim de Carvalho são as interpretações e problemas que enuncia ou que estão implícitos nos seus estudos sobre o século XIX em Portugal. Registem-se alguns deles: por que razões a Constituição de 1822 foi posta de parte logo no ano seguinte à sua entrada em vigor? A dialética Revolução/Contra-Revolução (notou o historiador que esta última nasce no seio da Revolução); a valorização da relação dialética entre Liberdade e Autoridade; o republicanismo como reação contra a “imobilidade” do cartismo; a ideia de que os Portugueses terão sido os primeiros “a ocidentalizar o Oriente” e também “os primeiros a compreendê-lo sem perdermos a nossa essência”⁷⁷; a distinção muito clara entre democracia e liberalismo, que Joaquim Barradas de Carvalho aproveitaria no

⁷⁵ Joaquim de Carvalho, “Teófilo Braga”, cit., *OC*, II, p. 566.

⁷⁶ Joaquim de Carvalho, “Homenagem a Eugénio de Castro” [1939], *OC*, V, p. 64.

⁷⁷ Joaquim de Carvalho, “Discurso na Academia...”, cit., *OC*, I, p. 364.

seu estudo sobre Alexandre Herculano, em 1949; um conceito muito amplo de romantismo que não se reduz a corrente literária e a caracterização da posição de Henriques Nogueira como um “romantismo social”, que Alberto Ferreira aplicará à Geração de 70. Refiram-se ainda as numerosas pistas que o historiador deixou nas suas luminosas visões de conjunto do século XIX e que, por vezes, apenas aflorou: o esboço de sociologia das primeiras cortes constituintes, que Fernando Piteira Santos retomou; o relevante lugar da “voz dos juristas” na revolução de 1820, a distinção das diversas correntes ideológicas no seio do primeiro liberalismo português – que Joel Serrão e depois Silva Dias trataram em sentidos diversos –, a aproximação entre a Constituição de 1822 e a Constituição de Cádiz; a relevância do positivismo em Portugal – que Fernando Catroga aprofundou num estudo seminal, publicado em 1977 – o peso da corrente federalista – mais tarde estudada por Joel Serrão, Fernando Catroga e Amadeu Carvalho Homem – e do iberismo – depois explorado por Jorge Borges de Macedo e Fernando Catroga, entre outros –, a relação de Antero com Oliveira Martins como um projeto de constante debate de ideias – proposta desenvolvida mais tarde por Catroga. Outras pistas continuam por investigar em todas as suas dimensões – caso do enquadramento da revolução liberal portuguesa no panorama internacional (agora no quadro da história comparada, recentemente explorada por Maurizio Isabella e Grégoire Bron), da receção do pensamento de Tocqueville em Portugal, ou ainda o estudo da função dos boatos. Tudo grandes indícios da permanência de Joaquim de Carvalho ao longo do século XX e nos primeiros decénios do século XXI. Sem a sua inspiradora obra, a historiografia da segunda metade do século XX sobre o Portugal contemporâneo teria sido sem dúvida outra.

Considerações últimas

Interpretações mais gerais legadas pelo historiador aguardam uma reflexão histórica. Por exemplo, a ideia de que Portugal é “uma nação de fraca memória política”⁷⁸. Ou a tese segundo a qual em povos passionais e em tempos de crise, “o poder tende para minorias opostas”, dois extremismos, o liberal e o contrarrevolucionário⁷⁹. Tenha-se em conta o tempo e o lugar em que produzia este enunciado: meados dos anos 30, tempo de consolidação do Estado Novo e de ascensão dos totalitarismos na Europa que antecede a II Guerra Mundial.

⁷⁸ Joaquim de Carvalho, [“A corrente...”], cit., *OC*, VI, p. 64.

⁷⁹ Joaquim de Carvalho, [“A corrente...”], cit., *OC*, VI, p. 145.

Mas há aqui um tópico implícito e ainda muito em voga na época, que importa questionar: o do carácter dos povos. É certo que não lhe encontramos frequente uso deste conceito. Recorre todavia a outros que lhe são próximos. Quando se estava ainda longe da linguagem das identidades, no seu tempo era frequente a referência a “carácter nacional”, “alma nacional” ou até “personalidade permanente”. Joaquim de Carvalho refere-se também à “alma dos povos”. Sobrevivência do organicismo romântico? Sem dúvida.

Em “Compleição do patriotismo...”, Joaquim de Carvalho mostrava-se ainda herdeiro do essencialismo ainda muito difundido nas humanidades nos anos 30 e 40 – a ideia de que uma nação corresponde a uma alma do povo, a um “ser permanente”. Note-se contudo que, na sua perspectiva dinâmica, este ser permanente não excluía mudança, do mesmo passo concebia um “estar mudável”⁸⁰. E que o fez num texto de circunstância, e de carácter ensaístico, não historiográfico, aquando da sua tão marcante estadia no Brasil. Aliás, em meados do século estas noções ainda eram usadas nas ciências humanas: lembre-se em Portugal o caso de Jorge Dias, e em Espanha o eminente historiador Rafael Altamira⁸¹.

Mas há uma outra noção que aflora frequentemente nos trabalhos do historiador, com aplicações muito diversas, e que merece atenção: essência, “Essência da filosofia”, “essência da realeza”, “essência de uma geração” ou “essência do liberalismo”. Também Antero, nas *Tendências gerais...*, afirmou que “todo o ser tende para a afirmação de si mesmo, isto é para a expansão e realização da sua essência” – “essência do ser”⁸². Essência (do latim *essentia*, de *esse* – ser) não é apenas o que diferencia uma coisa, o que a singulariza, envolve também horizonte de possibilidades. Dilthey, autor que tanto admirava, usava com frequência o conceito no mesmo sentido⁸³. No que nos aproximamos da noção kantiana de essência como princípio interior, inteligível, potenciador de possibilidades⁸⁴.

Se nestes tópicos Joaquim de Carvalho prolongou uma tendência que vinha muito detrás – em múltiplos outros domínios foi um inovador. Rompeu com a estratégia narrativa da historiografia liberal e republicana ainda centrada na dicotomia progresso *versus* decadência e na identificação dos culpados pelo declínio – ou seja na história que deveria ter sido e não foi. Retomou a crítica

⁸⁰ Joaquim de Carvalho, “Compleição...”, cit., *OC*, V, p. 136.

⁸¹ Rafael Altamira, *Psicología del pueblo español*, Barcelona, Antonio López, 1902; e Jorge Dias, “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, *Estudos de antropologia*, I, Lisboa, INCM, s.d. (texto datado de 1950).

⁸² Joaquim de Carvalho, *A evolução...*, cit., p. 150.

⁸³ W. Dilthey, *L'édification du monde historique...*, p. 130.

⁸⁴ Immanuel Kant, *Crítica da razão pura* (introd. e notas de Alexandre Fradique Morujão), Lisboa, FCG, 2013, p. 657-669.

ao positivismo esboçada por Antero de Quental e Oliveira Martins, sempre preservando o sentido da complexidade dos problemas humanos e rejeitando o espírito sistémico e determinista que observava em tendências como o positivismo, o Integralismo Lusitano ou o materialismo histórico. Como afirmava em 1947, sempre aberto a diferentes pontos de vista, consciente que estava das limitações das teorias e dos homens, por excepcionais que fossem:

não há (...) uma só filosofia verdadeira nem uma só concepção do mundo, embora todas tenham por denominador comum a ideia de unidade mais ou menos sistemática – e não há porque o mundo como objecto pensável não pode separar-se do pensamento que o pensa. Quer queiramos quer não, somos, individualmente, determinações limitadas da natureza humana – *donde o ensinamento profundo de que cada pensador apenas encarna uma das várias possibilidades do sentir e do pensar, e lhe cumpre procurar nas demais maneiras e possibilidades o que lhe falta para corrigir a feição fragmentária da sua existência pessoal* [sublinhado meu]⁸⁵.

No campo da história, as suas prevenções em relação aos determinismos prendem-se com uma intenção de verdade e de rigor, respeitando a autonomia das vozes do passado sem as desvirtuar. A sua insistente preocupação em examinar cuidadosamente a mais variada documentação textual acautela o risco de historicismo. E se as categorias de um dever-ser kantiano – liberdade, dignidade humana, justiça, tolerância – a que assumidamente adere condicionam o seu discurso histórico, também é indiscutível que, a contracorrente das tendências historiográficas dominantes, tal como Kant⁸⁶, não adere a uma ideia de progresso contínuo, de direcção única. Joaquim de Carvalho não via na marcha humana um único caminho no sentido da modernidade.

Ao invés do que os poderes instituídos por vezes inculcam, o futuro é sempre produto de uma ponderação ou confronto de diferentes possibilidades. Ontem como hoje.

⁸⁵ Joaquim de Carvalho, Prefácio a W. Dilthey..., cit., p. XXVI.

⁸⁶ Immanuel Kant, “Le conflit des facultés”, *Opuscules sur l’histoire*, Paris, Garnier Flammarion, 1990 [1798].